



Resolução SESI/CN nº 0116/2020

Autoriza a baixa patrimonial e alienação por venda de imóvel de propriedade do SESI/DR/SC, localizado na rua Dr. Maruri nº 614, bairro Centro, município de Concórdia/SC.

O CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, na 203ª Reunião Ordinária de 23/11/2020, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais,

CONSIDERANDO o Ofício nº 83/2020-DIDEN e a proposição nº 60/20, ambos do diretor do Departamento Nacional do SESI;

CONSIDERANDO que o Departamento Regional do SESI de Santa Catarina, por meio do Ofício FIESC/SEG 36722/20 e da Resolução Regional nº 022/2020, solicita a este Conselho Nacional autorização para alienar por venda imóvel com benfeitorias, localizado na rua Dr. Maruri nº 614, bairro Centro, município de Concórdia/SC, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis e 1º Ofício de Protestos da Comarca de Concórdia/SC sob o nº 18.363;

CONSIDERANDO que o SESI/DR/SC solicita ofertar o imóvel publicamente com base no valor mínimo constante do laudo de avaliação juntado ao processo SESI/CN0164/2020;

CONSIDERANDO que o SESI/DR/SC solicita autorização para ofertar o imóvel com 20% (vinte por cento) de desconto a ser aplicado sobre o valor mínimo constante do laudo de avaliação se após duas tentativas ele não for vendido;

CONSIDERANDO que o recurso obtido com a alienação, por venda, do referido imóvel, reverterá integralmente para as finalidades institucionais do mesmo SESI;



CONSIDERANDO o art. 24, alínea "n" do Regulamento do SESI;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do cumprimento dos ditames constantes do Regulamento de Licitações e Contratos do SESI e da Resolução SESI/CN nº 01/2004;

CONSIDERANDO as previsões contidas nas alíneas "v" e "x" do art. 33, do Regulamento do SESI no que se refere à representação da entidade em juízo ou fora dele;

CONSIDERANDO os termos do Parecer CONJUR Nº 0145/2020, emitido pela Consultoria Jurídica e Governança Corporativa do Conselho Nacional do SESI, no processo SESI/CN0164/2020.

R E S O L V E

Art. 1º Autorizar o Diretor do Departamento Regional do SESI de Santa Catarina a alienar por venda com base no valor mínimo de mercado indicado no laudo de avaliação no processo SESI/CN0164/2020, imóvel com benfeitorias localizado na rua Dr. Maruri nº 614, bairro Centro, município de Concórdia/SC, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis e 1º Ofício de Protestos da Comarca de Concórdia/SC sob o nº 18.363, devidamente atualizado na data da alienação, e seguindo as regras constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da entidade, sendo certo que os recursos advindos da venda serão integralmente aplicados nas finalidades institucionais do SESI.

Art. 2º Autorizar que, não havendo sucesso em duas tentativas de venda, o SESI/DR/SC possa ofertar o imóvel aplicando desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor mínimo de mercado indicado no laudo de avaliação acostado no processo SESI/CN0164/2020.

Art. 3º Determinar que no edital de oferta pública do imóvel, conste cláusula que estabeleça que qualquer averbação, seja de que natureza for, que eventualmente não tenha sido feita na matrícula do imóvel, será obrigação de inteira e exclusiva responsabilidade e ônus do futuro arrematante/adquirente, nada podendo ser reclamado do SESI com relação a estas providências e os seus eventuais custos.



Art. 4º Determinar que conste do edital que o imóvel está sendo ofertado com a cláusula *ad corpus*, nos termos do parágrafo 3º do artigo 500 do Código Civil Brasileiro de 2002.

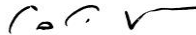
Art. 5º Determinar que conste da futura escritura pública de compra e venda as determinações constantes dos artigos 3º e 4º acima indicados.

Art. 6º Autorizar que a procuração pública a ser outorgada pelo Diretor do Departamento Nacional do Sesi ao Diretor do Departamento Regional do Sesi de Santa Catarina possa prever o substabelecimento, com reserva de poderes, ao superintendente do Sesi/DR/SC para a consecução do negócio jurídico.

Art. 7º Que esta Resolução entre em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 23 de novembro de 2020.



Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Presidente

